

## Licitações

**De:** Natália Licitação - Alfalagos <contratos@alfalagos.com.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 25 de maio de 2021 14:31  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** CANCELAMENTO - CIOP - PE 22/2020  
**Anexos:** NFE ANTERIOR 8758.pdf; NFE ATUAL 22846.pdf; REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DE ITENS.pdf

### Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

### Status do sinalizador:

Sinalizada

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo solicitação de cancelamento relacionado ao

—PREGÃO ELETRÔNICO: 22/2020

PROCESSO:34/2020

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até 7 dias, otimizando o acordo entre as partes.

Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.

Certo de sua compreensão,

Aguardo retorno.

Gentileza confirmar o recebimento

Atenciosamente,

3832  
g

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitações  
e Contratos CIOP  
RG: 42.187.355-3

26/05/2021



**Natália Cássia**  
**Licitação**

Av. Alberto Vieira Romão, 1700  
Distrito Industrial - Alfenas - MG - CEP: 37135-516  
Fone: (35) 3701-0450  
www.alfalagos.com.br



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
decontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO  
OESTE PAULISTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO 22/2020**

**PROCESSO LICITATORIO 34/2020**

**ALFALAGOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/000.1-14, estabelecida na Rua Alberto Vieira Romão, 1700, Distrito Industrial, na Cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, CEP 37135-516, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, formular o presente **PEDIDO DE CANCELAMENTO DOS ITENS ABAIXO:**

- **153-FIXADOR CITOLOGICO 100ML SPRAY**

Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**1 - DOS FATOS**

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, visando satisfazer suas necessidades, realizou o processo licitatório em epígrafe, no qual deu origem a ATA RP 85/2020

A empresa Alfalagos por sua vez, ao verificar que o objeto do edital enquadrava-se em sua área de atuação, ingressou no processo licitatório, sagrando-se vencedora de alguns itens, os quais lhes foram adjudicados ao final.

Entre os itens adjudicados estão os supracitados, que hoje por fatos alheios a vontade da licitante se encontram com os valores de custo superiores ao licitado para o Ente Público.

Deste modo, a solução vislumbrada inicialmente para atender o interesse de ambas as partes seria o encaminhamento de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro face ao itens que se fizessem necessário.

Porém, o Município vem indeferindo as solicitações de reequilíbrio econômico financeiro.



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Diante disso, viemos por meio deste demonstrar a situação relacionada aos materiais supramencionados, com o intuito de requerer o cancelamento/desistência dos itens.

Pelos fundamentos abaixo expostos.

## **2 - DOS FUNDAMENTOS**

Como amplamente abordado, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro seria realizada com intuito de restabelecer as condições contratuais inicialmente pactuadas entre as partes, pois, o mercado de medicamentos e materiais hospitalares está sendo duramente e inesperadamente impactado com as adversidades desencadeadas pela pandemia do Covid-19, encontrando-se envolto a uma grande turbulência que leva a escassez de matéria prima utilizada produção de fármacos/materiais hospitalares e aumento dos preços a todo o momento, sem que nada possa fazer a licitante para impedir ou amenizar a situação.

**Desta feita, como demonstrado em planilhas inserida no presente requerimento de desistência, os produtos suscitados tiveram um exponencial aumento de preço, os quais sem a concessão do reequilíbrio econômico se torna impossível o cumprimento da obrigação contratual, tendo em vista que foram registrados em Ata a quantidade de 761 FIXADOR CITOLOGICO 100ML SPRAY.**

### **• 153-FIXADOR CITOLOGICO 100ML SPRAY**

Valor de custo atual: R\$ 4,40

Imposto de 12% sobre a circulação da mercadoria (ICMS): R\$ 0,53

Custo operacional de 18%: R\$ 0,887

Valor final de custo do item: R\$ 5,817

Valor registrado em licitação: R\$ 4,86

**Verifica-se que o valor de custo final é aproximadamente 19,69 % superior ao valor registrado, ou seja, a licitante não obterá nenhum lucro com o fornecimento do item e ainda arcaria com um prejuízo, caso seja solicitada toda a quantidade registrada, considerando ainda que não haja outros reajustes de valores junto ao fabricante/fornecedor do material.**





**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Assim sendo, visando evitar a inadimplência contratual e prejuízo aos integrantes do processo licitatório, bem como ciente das consequências relacionadas à inexecução do contrato, outra alternativa não resta senão a presente solicitação de desistência/cancelamento.

Faz-se necessário uma análise completa do conjunto de leis que regem o processo licitatório e suas modalidades.

Primeiramente, compete discorrer sobre a lei geral de Licitação (Lei 8666/93) no qual aplica-se para todas as modalidades licitatórias, nos trazendo em seu bojo o artigo 43, §6º o qual prevê:

Art. 43, § 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Como podemos verificar, a legislação permite que haja desistência sobre a proposta lançada a determinado item quando demonstrado a ocorrência de fato posterior a fase de habilitação que advenha de justo motivo.

Vejamos que o Decreto 7892/2013 nos traz a possibilidade de cancelamento do registro quando solicitado pelo fornecedor na eminência de fatos supervenientes que decorram de casos fortuitos ou força maior prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.<sup>1</sup>

Em análise profunda da legislação verifica-se que o registro de preço não necessariamente remete a todo conteúdo da ata registrada com o Licitante e sim sobre o preço praticado em determinados itens do edital. Vejamos:

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

<sup>1</sup>Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

II - a pedido do fornecedor



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

A legislação consubstancia-se cristalina ao nos trazer a possibilidade de haver o cancelamento apenas do preço registrado de determinado item da licitação e não de toda a ata, mantendo cadastro de reserva para caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado do item.

As hipóteses de cancelamento do registro de preço são prevista e contemplada nas entranhas do Decreto 7892/2013, especificamente em seu artigo 21. Vejamos:

**Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:**

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor." (grifo nosso)

Ressalta-se ainda que o Decreto nº 7.892/2013 dispõe acerca da liberação do compromisso assumido pela licitante:

**Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:**

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Verifica-se, portanto que tanto a lei geral de licitações quanto a específica do registro de preço nos trazem a possibilidade de cancelamento de item após a fase de habilitação, mesmo no decorrer do termo obrigacional.

Destaca-se que Marçal Justem Filho nos traz alguns posicionamentos com relação ao assunto:





**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

“..No entanto, não é cabível submeter a desistência posterior à fase de habilitação à presença dos requisitos da recomposição de preços. Se estiverem presentes tais requisitos, certamente caberá a desistência. Mas a fórmula legal específica (motivo justo) apresenta intencional amplitude e retrata um juízo de cunho ético. **O motivo será justo na medida em que propiciar uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação, inclusive em hipóteses heterodoxas...**”

“...A aceitação por parte da Administração reflete uma competência discricionária, o que obviamente não equivale a uma manifestação arbitrária e subjetiva. Cabe à Administração ponderar a situação existente para apurar a existência de um motivo justo, tomando em vista não apenas a própria conveniência mas também as circunstâncias que cercaram a atuação do particular...”

“As considerações expostas relativamente ao pregão são extensivas às licitações processadas com inversão de fases...”

Desta forma, a questão deve ser analisada e pautada no **princípio da razoabilidade e da legalidade**, no qual havendo um justo motivo ocorrido após a oferta de preço, é razoável o acolhimento do pedido de desistência somente do preço de determinado item e não de todos, abarcando todas as modalidades licitatórias.

Superada esta fase, importante se faz demonstrar o enquadramento do fato a legislação.

Como verificado, a legislação condiciona o cancelamento do registro a ocorrência de fatos supervenientes que decorra de caso fortuito e força maior, prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.

Entende-se por caso fortuito ou força maior todo fato/ocorrência imprevisível ou difícil de prever que gere um ou mais efeitos/consequências inevitáveis.

Imperioso trazer que recentemente a Advocacia Geral da União emitiu o PARECER nº. 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AG, no qual reconhece e configura a doença COVID-19 por si só como caso de força maior ou caso



**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
decontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

fortuito para concessão de reequilíbrio econômico financeiro, consubstanciando em álea extraordinária aplicando-se a teoria da imprevisão.

No presente caso, tanto o fato superveniente quanto o caso fortuito e força maior estão tipificados através do agravamento da doença COVID-19, que disseminou uma nova onda da doença nos Pais afetando diretamente os fabricantes de medicamentos e materiais hospitalares e conseqüentemente os distribuidores, como é o caso da licitante.

Quanto à imprevisibilidade, não há como negar que os fatos em tese são imprevisíveis. Quem em sã consciência imaginaria que o mundo seria acometido com uma doença devastadora sem que haja previsão de normalização e que os impactos causados influenciariam na produção e fariam com que houvesse aumento de até 10 % no custo dos produtos em poucos meses?

Denota-se que durante os 25 anos de vida desta empresa, nunca se presenciou situações como a atual, sendo impossível prever seus desdobramentos.

Nobres julgadores, não se trata de um caso específico e isolado, atinge todas as empresas do ramo.

Impossível mantermos os preços licitados face aos praticado pelo próprio fabricante/fornecedor, caso contrário estaríamos colocando em risco existência da empresa, além de que tal ato viola por parte do Ente Público o princípio do enriquecimento sem causa (locupletamento ilícito), podendo recair a responsabilidade sobre todos os envolvidos que sabendo do desequilíbrio não efetuam o reequilíbrio econômico financeiro ou liberam o licitante do compromisso que lhe causará tamanho déficit.

A não aceitação da desistência poderá ocasionar grandes transtornos ao Órgão Público, tendo em vista que em sua competência de gestor solicitará a Licitante os produtos e está encontrará impedida de fornecer, movimentando toda máquina pública, demandando tempo e esforço de ambas as partes, sendo que não haverá outro fim possível.

A medida se faz necessária, porquanto como a Licitante é mera distribuidora de medicamentos e materiais hospitalares, não os confeccionando ou produzindo, ficando adstrita a disponibilidade de fornecimento dos laboratórios/fabricantes e seus preços praticados.

Infelizmente esta é a realidade vivida pelas distribuidoras de medicamentos e materiais hospitalares na atualidade.





**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
decontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Todos os preços foram devidamente ajustados quando da participação do certame de maneira a ser devidamente projetado, porém, os acontecimentos atuais fugiram do controle de qualquer empresa.

Novamente, não havia como a licitante prever as ocorrências aqui delineadas, sendo duramente afetada, o que pode impede o cumprimento do avençado, uma vez que literalmente estará pagando pela possibilidade de fornecimento do material supracitado para o Ente Público.

Nesse contexto, demonstrado ficou a necessidade do cancelamento do registro dos itens, enquadrando em todas as tipificações legais que dão margem a solicitação.

A licitante age a todo tempo pautada no princípio da moralidade, pois, dotada de boa-fé, ao verificar a impossibilidade de cumprimento de suas obrigações e que tais fatos ocasionariam transtornos consideráveis aos Órgãos Públicos e sua população, imediatamente comunica a Gestora antes da implantação de pedidos do material, solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro, porém não houve o deferimento desta, momento que não restou opção senão solicitar a desistência a fim de que, querendo, sejam tomadas as medidas necessárias para contratação de outros fornecedores, evitando seu desabastecimento.

Cabe agora ao Órgão Público se pautar também no princípio acima discorrido e verificando os fatos, bem como a dificuldade desta empresa, e acatar o pedido de desistência, não aplicando qualquer penalidade.

Portanto, diante ao indeferimento a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro enviado anteriormente, por entender estar comprovando a necessidade, a contratada requer a Desistência referente aos itens supramencionados, isentando-a da aplicação de qualquer penalidade, bem como a exclusão dos itens da ata de registro de preço/contrato.

### **3 - DAS PLANILHAS DEMONSTRATIVAS**

N ITEM	DESCRIÇÃO	NF ANTERIOR	VALOR NF ANTERIOR	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR GANHO
153	FIXADOR CITOLÓGICO 100ML SPRAY	8758	3,77	0,453	0,761	-0,128	4,880

NF ATUAL	VALOR NF ATUAL	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR REAJUSTADO
22846	4,40	0,53	0,887	-0,13	5,69





**Alfalagos Ltda**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial  
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450  
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

#### 4 - DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos expostos, bem como amparado por legislação específica e considerando o ótimo relacionamento entre as partes, requer:

- a) O recebimento e reconhecimento da presente manifestação;
- b) O deferimento da solicitação de cancelamento do registro de preço **do item 153-FIXADOR CITOLOGICO 100ML SPRAY**, uma vez demonstrada a possibilidade e necessidade, excluindo-os de nossa ata de registro de preço/contrato.
- c) A isenção da aplicação de qualquer penalidade eventualmente existente.

Nestes termos,

Pede e Aguarda Deferimento

Alfenas - MG, 24 de Maio de 2021.

NATANAEL  
PEREIRA:50269  
054634

Assinado de forma digital  
por NATANAEL  
PEREIRA:50269054634  
Dados: 2021.05.24  
15:52:47 -03'00'

**ALFALAGOS LTDA.**

RECEBEMOS DE CRAL ARTIGOS PARA LABORATORIO LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO EMISSÃO: 02/10/2020 VALOR TOTAL: R\$ 19.332,49 DESTINATÁRIO: ALFALAGOS LTDA - AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700 DISTRITO INDUSTRIAL ALFENAS-MG

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e  
Nº. 000.008.758  
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**CRAL ARTIGOS PARA LABORATORIO LTDA**

R BALAO MAGICO, 855  
JARDIM DO RIO COTIA - 06715-780  
COTIA - SP Fone/Fax: 1134547000

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.008.758  
Série 001  
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

3520 1048 7408 4900 0713 5500 1000 0087 5810 0450 0290

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135200882660528 - 02/10/2020 13:54:39

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**Venda de Mercadorias**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

278391677112

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

CNPJ

48.740.849/0007-13

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

**ALFALAGOS LTDA**

ENDEREÇO

**AV ALBERTO VIEIRA ROMAO, 1700**

MUNICÍPIO

**ALFENAS**

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

02/10/2020

BAIRRO / DISTRITO

**DISTRITO INDUSTRIAL**

CEP

37135-516

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

UF FONE FAX

MG

3537010450

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003	Num.	004
Venc.	01/11/2020	Venc.	11/11/2020	Venc.	21/11/2020	Venc.	01/12/2020
Valor	R\$ 4.833,12	Valor	R\$ 4.833,12	Valor	R\$ 4.833,12	Valor	R\$ 4.833,13

TÍTULO DO IMPOSTO

ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS % I	VALOR DO ICMS SUBST	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
19.259,82	1.795,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,69	19.259,82
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST	V. TOT. TRIB	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	72,67	0,00	6.506,19	307,21	19.332,49

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

**CLIENTE RETIRA**

ENDEREÇO

**INEXISTENTE**

QUANTIDADE

132

**CAIXAS**

FRETE POR CONTA

(1) Dest/Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

686,371

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
COPE500R	CURATIVO ADESIVO EM ROLO DIAMETRO 25MM CX/500 0080 x LOTE200A138 - FAB05/2020 - VAL05/2023	30051090	100	6102	CX	80.0000	11,6400	931,20	931,20	37,25		4,00	
COPE500IR	CURATIVO ADESIVO INFANTIL DIAMETRO 25MM EM ROLO CX/500 0100 x LOTE200D138 - FAB05/2020 - VAL05/2023	30051090	100	6102	CX	100.0000	12,1600	1.216,00	1.216,00	48,64		4,00	
CLT50SM	COLETOR COM PA NAO ESTERIL A GRANEL 50ML TRANSLUCIDO TAMPA BRANCA CX/1000 0005 x LOTE20092610092 - FAB26/09/2020 - VAL26/09/2023 0015 x LOTE20092810091 - FAB28/09/2020 - VAL28/09/2023	39269040	000	6101	CX	20.0000	141,6800	2.833,60	2.833,60	340,03		12,00	
80ES-PA	COLETOR COM PA ESTERIL INDIVIDUAL 80ML TRANSLUCIDO TAMPA VERMELHA CX/500 0010 x LOTE2008281 - FAB28/08/2020 - VAL28/08/2022	39269040	000	6101	CX	10.0000	112,2800	1.122,80	1.122,80	134,74		12,00	
CLT80ES-RGM	COLETOR SEM PA ESTERIL INDIVIDUAL 80ML TRANSLUCIDO TAMPA VERMELHA CX/500 0014 x LOTE2009141 - FAB14/09/2020 - VAL14/09/2022 0026 x LOTE2009142 - FAB14/09/2020 - VAL14/09/2022	39269040	000	6101	CX	40.0000	103,6000	4.144,00	4.144,00	497,28		12,00	
CLT80POM	COLETOR COM PA NAO ESTERIL A GRANEL 80ML OPACO TAMPA BRANCA CX/500 0001 x LOTE20091807061 - FAB18/09/2020 - VAL18/09/2023 0007 x LOTE20091807062 - FAB18/09/2020 - VAL18/09/2023 0002 x LOTE20092107061 - FAB21/09/2020 - VAL21/09/2023	39269040	000	6101	CX	10.0000	80,3600	803,60	803,60	96,43		12,00	


DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Pedido: 21423 ProcessID: 1134469 Dispensado do recolhimento antecipado por substituição tributária conforme enquadramento na portaria suti nº 643, de 7 de abril de 2017 relativo ao cadastramento como distribuidor hospitalar. Não autorizamos depósito bancário, favor efetuar o pagamento através do boleto. Total Aproximado Tributos: R\$ 6.506,19 (33,65%) Fonte: IBPT Email do Destinatário: recebe.nfe@alfalagos.com.br  
logistica@alfalagos.com.br  
Inf. fisco: NCM 3926 9040 IPI RED. ALIQ ZERO, CONF. EX. 01 DISP. DECRETO 7.660/11. NCM 3926 PIS/PASEP E COFINS RED. ALIQ ZERO CONF. DECRETO 6.426 DE 07/04/2008, ART. 1º, ANEXO III. Alíquota do ICMS conforme previsto na resolução do Senado nº 13/2012 NCM 3926-9018 - PIS/PASEP E COFINS RED. ALIQ ZERO CONF. DECRETO 6.426 DE 07/04/2008, ART. 1º, ANEXO III. Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 6.506,19

RESERVADO AO FISCO



IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica											
CRAL ARTIGOS PARA LABORATORIO LTDA R BALAO MAGICO, 855 JARDIM DO RIO COTIA - 06715-780 COTIA - SP Fone/Fax: 1134547000		0 - ENTRADA 1 - SAÍDA		1									
		Nº. 000.008.758 Série 001 Folha 2/2		CHAVE DE ACESSO 3520 1048 7408 4900 0713 5500 1000 0087 5810 0450 0290 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora									
NATUREZA DA OPERAÇÃO		Venda de Mercadorias		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200882660528 - 02/10/2020 13:54:39									
INSCRIÇÃO ESTADUAL		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT		CNPJ									
278391677112				48.740.849/0007-13									
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
FC100	FIXADOR CILULAR 100ML 0504 x LOTE123570 - FAB04/2020 - VAL04/2022	38220090	000	6102	CX	504,0000	3,7600	1.895,04	1.895,04	227,40		12,00	
LAN100	LANCETA DESCARTAVEL PARA LANCETADOR CALIBRE 28G CX/100 0300 x LOTE190544 - FAB24/05/2019 - VAL23/05/2024	90183999	100	6102	CX	300,0000	3,0278	908,33	908,33	36,33	72,67	4,00	8,00
CIT03	PORTA LAMINA PLASTICO TIPO FRASCO CAPACIDADE 03 LAMINAS PT/100 CX/500 0015 x LOTE200928101 - FAB28/09/2020 - VAL28/09/2023	39269040	000	6101	CX	15,0000	134,5100	2.017,65	2.017,65	242,12		12,00	
SI10029GM	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA ACOPLADA 13X0,33MM CAPACIDADE 100 UNIDADES - 1,0ML EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CX/100 0180 x LOTE190228M29 - FAB28/02/2019 - VAL28/02/2024	90183111	100	6102	CX	180,0000	18,8200	3.387,60	3.387,60	135,50		4,00	









## MEMORANDO INTERNO N º 115/2021

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretoria Jurídica**Assunto:** Pedido de Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020**Interessado:** ALFALAGOS LTDA - ARP nº 85/2020

Encaminho para Parecer Jurídico solicitação da Detentora da ARP nº 85/2020, empresa **ALFALAGOS LTDA**, às fls. 3.832/3.843, referente ao pedido de cancelamento do item 153 (FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU, FRASCO COM 100 ML).

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 26 de maio de 2021



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 26 / 05 /2021

Setor Jurídico: 





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

## PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Memorando Interno 115/2021

ORIGEM: ALFALAGOS LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DO ITEM 153 - FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU.

### RELATÓRIO

1. Trata-se de **solicitação de cancelamento** do item **153 - FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **ALFALAGOS LTDA**, sob a justificativa de que: em razão da falta de matéria-prima, ou alta demanda do item, o preço ofertado não mais se compactua com o valor de mercado, gerando um desequilíbrio contratual e causando um déficit significativo a licitante, solicitando portanto o cancelamento deste item, registrados na ata do **Pregão Eletrônico 22/2020, Licitação nº 34/2020**.

2. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

3. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento dos itens nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA



3846  
g

4. A empresa **ALFALAGOS LTDA solicita o cancelamento** do registro do item **153 - FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU** que logrou vencedora na licitação em epígrafe, sob o argumento que houve um aumento dos preços dos itens em tela sendo necessária o seu cancelamento ante o desequilíbrio econômico em sua execução.

5. Instrui tal pedido com documentos às fls. 3.840/ 3.843.

6. Eis a síntese do acostado.

7. Embasa a sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

8. Inicia-se pontuando que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

9. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.



10. Desta forma, o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

11. Inclusive, está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

12. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

13. Conjugando o a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente a ata.

Da mesma forma, para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

14. Deve o Requerente juntar documentação que ateste a situação de forma incontestável, constituindo fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

15. Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

16. Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento dos itens da empresa ALFALAGOS LTDA.

17. É necessária uma razão factual e não um aumento de preço de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não as causas.

18. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

20. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa ALFALAGOS LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3851  
g

22. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, **mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.**

### CONCLUSÃO

23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 28 de maio de 2021.

  
**Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO**  
Diretora Jurídica

**MEMORANDO INTERNO Nº 121/2021**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretor Executivo

**Assunto:** Solicitação de Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020 – Ata nº 85/2020

**Interessado:** ALFALAGOS LTDA

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.845/3.851, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item 153 (FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU, FRASCO COM 100 ML).

Presidente Prudente, 07 de junho de 2021



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

**Assunto:** Solicitação de Cancelamento de Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020 – Ata nº 85/2020 – item 153

**Interessado:** ALFALAGOS LTDA

Trata-se de solicitação (fls.3.832/3.843) de cancelamento do item: 153 (FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU, FRASCO COM 100 ML), registrado na Ata de Registro de Preços nº 85/2020, alegando, em síntese, que os itens supracitados, sofreram variações em seu valor de custo, de tal modo que o preço ofertado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez que conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos dos itens gerando um desequilíbrio contratual e causando um déficit significativo a licitante.

O Setor Jurídico às fls. 3.845/3.851, opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela **ALFALAGOS LTDA, CNPJ nº 05.194.502/0001-14**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 07 de junho de 2021



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP





3854  
ag

### DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de cancelamento do item 153 ARP nº 85/2020. Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **ALFALAGOS LTDA, CNPJ nº 05.194.502/0001-14.** Decisão: **Deliberação pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido de cancelamento do item: 153 (FIXADOR CITOLÓGICO PARA PAPANICOLAU, FRASCO COM 100 ML).** conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 07 de junho de 2021.

